

**A URBANIZAÇÃO AUTORITÁRIA E OS EFEITOS SOCIOECONÔMICOS  
NA CIDADE DE MINAÇU COM O “FIM” DA MINERAÇÃO DE  
AMIANTO.**

**AUTHORITARIAN URBANIZATION AND THE SOCIOECONOMIC  
EFFECTS IN THE CITY OF MINAÇU WITH THE “END” OF ASBESTOS  
MINING.**

**LA URBANIZACIÓN AUTORITARIA Y LOS EFECTOS  
SOCIOECONÓMICOS EN LA CIUDAD DE MINAÇU CON EL “FIN” DE  
LA MINERÍA DEL AMIANTO.**

Fábio de Macedo Tristão Barbosa  
Universidade Estadual de Goiás-Campus Oeste  
[fabio.de.macedo@gmail.com](mailto:fabio.de.macedo@gmail.com)

**RESUMO**

O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão o processo de urbanização e a produção da cidade de Minaçu como produto do capital-amianto e os efeitos socioeconômicos provocados pelo fim do uso do amianto no Brasil conforme decisão colegiada do Supremo Tribunal Federal. Do ponto de vista metodológico, nosso olhar esteve voltado para a revisão bibliográfica, o construto teórico-conceitual que fosse capaz de iluminar o olhar sobre o fenômeno estudado. Utilizamos também de levantamento de dados junto a órgãos públicos e privados oficiais que fosse capaz de fornecer elementos concretos para fundamentar nossa análise e confirmar ou não nossos pressupostos.

Palavras chave. Urbanização. Mineração. Amianto. Minaçú

**ABSTRACT**

The purpose of this article is to present a discussion of the urbanization process and the production of the city of Minaçu as a product of asbestos-capital and the socioeconomic effects caused by the end of the use of asbestos in Brazil according to a collegiate decision of the Federal Supreme Court. From a methodological point of view, our focus was on the bibliographic review, the theoretical-conceptual construct that was capable of illuminating the look on the phenomenon studied. We also used data collection from public and private official bodies that were able to provide concrete elements to support our analysis and confirm or not our assumptions.

Key words. Urbanization. Mining. Asbestos. Minaçú

## RESUMEN

El objetivo de este artículo es presentar una discusión sobre el proceso de urbanización y la producción de la ciudad de Minaçu como producto del asbesto-capital y los efectos socioeconómicos causados por el fin del uso del asbesto en Brasil, según decisión colegiada del Supremo Tribunal Federal. Desde el punto de vista metodológico, nuestro foco estuvo en la revisión bibliográfica, el constructo teórico-conceptual que fue capaz de iluminar la mirada sobre el fenómeno estudiado. También utilizamos la recopilación de datos de organismos oficiales públicos y privados que pudieron proporcionar elementos concretos para respaldar nuestro análisis y confirmar o no nuestras suposiciones.

Palabras clave. Urbanización. Minería. Amianto. Minaçu

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar uma discussão o processo de urbanização e a produção da cidade de Minaçu como produto do capital-amianto e os efeitos socioeconômicos provocados pelo fim do uso do amianto no Brasil conforme decisão colegiada do Supremo Tribunal Federal. Do ponto de vista metodológico, nosso olhar esteve voltado para a revisão bibliográfica, o construto teórico-conceitual que fosse capaz de iluminar o olhar sobre o fenômeno estudado. Utilizamos também de levantamento de dados junto a órgãos públicos e privados oficiais que fosse capaz de fornecer elementos concretos para fundamentar nossa análise e confirmar ou não nossos pressupostos.

Entendemos a cidade como a forma concreta do processo mais geral e abstrato do processo de urbanização. A geografia histórica de Minaçu está amalgamada com a indústria do amianto, que para produzir amianto teve que produzir a cidade, ou seja, a cidade de Minaçu se coloca como uma condição geral de produção e na medida que se encerra a produção de amianto no Brasil por decisão do Supremo Tribunal Federal em novembro de 2017, a própria cidade corre o risco de estagnação e definhamento, ou seja, podendo fomentar o processo dialético da criação destruidora.

O artigo está estruturado da seguinte da seguinte forma: primeiro é apresentado uma discussão sobre o processo de urbanização e produção da cidade de Minaçu que estamos designando de urbanização autoritária. Em seguida, apresentamos os efeitos socioeconômicos sofridos pela cidade de Minaçu a partir da decisão do Supremo Tribunal

Federal de decidir pelo fim do uso do amianto no Brasil, bem como a reação do governo do Estado de Goiás e suas estratégias para a continuidade da mineração de amianto em Minaçu.

### **A URBANIZAÇÃO AUTORITÁRIA: o aporte teórico-histórico-conceitual**

A nosso ver, o processo de urbanização que produziu, e reproduz a cidade de Minaçu, se insere numa lógica de produção do espaço urbano presente em várias partes do Brasil e do mundo como modelo de urbanização autoritária. Os exemplos são diversos.

No primeiro surto da industrialização brasileira, a Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB), mais conhecida por Fábrica Bangu, fundada no final do século XIX, instalada na zona rural do Rio de Janeiro, ao longo do tempo, conheceu diferentes denominações conforme se rearranjava espacialmente: “fábrica-fazenda”, “cidade-fábrica”, “fábrica na cidade”. Conforme esclarece Oliveira (2006, p. 7) a Fábrica Bangu:

[...] teve de criar o seu próprio mercado de força de trabalho cativa, a nível local, significando, em outras palavras, imobilizar força de trabalho, não apenas através da moradia em vilas operárias, o que já era comum nas áreas urbanas, mas também através do controle dos meios de produção e reprodução como grandes proprietários que eram de terras, estimulando a fixação de população na terra através da produção agrária em sistema de parcerias e arrendamento.

Corrêa (1989), já tinha mostrado, tratando dos processos e formas espaciais que vão se materializando e conformam uma organização espacial urbana, que as indústrias têxteis de meados do século XIX no Rio de Janeiro vão localizar-se próximo às fontes de energia hidráulicas. Assim se expressa Corrêa (1989, p. 53), “isoladas da cidade, tais indústrias tinham junto a si uma força de trabalho cativa, residindo em vilas operárias: criou-se assim um espaço industrial constituído de lugar de produção e de residência”, o que pode chamar-se de “cidade-fábrica”.

Com o decorrer do tempo e o crescimento da cidade do Rio de Janeiro, este aglomerado será parte constituinte do Bairro de Bangu, o qual ajudou a criar, chegando à forma urbana de “fábrica na cidade”. As ideias dos dois pesquisadores (Corrêa, 1989, e Oliveira, 2006) não são divergentes e, sim, concordantes, embora Corrêa (1989) não observe que o fato de essas indústrias terem próxima de si uma mão-de-obra cativa é

resultado da ação das próprias empresas que constroem residências para os seus empregados, daí o mercado cativo de força de trabalho que, na verdade, vem responder a uma demanda da empresa necessária à produção capitalista.

Se, neste caso, inicialmente os elementos preponderantes para a instalação da fábrica naquele lugar foram o aproveitamento das potenciais fontes de energia, no caso da Vila Operária da SAMA o fato que promoveu sua construção, neste e não em outro local foi a ocorrência da mina de amianto. De alguma forma, um aspecto natural se converteu, neste caso, em fator de localização do capital amiantífero. No entanto, a instalação do capital no lugar somente torna-se possível em virtude do progresso das técnicas, nesse sentido devem-se considerar as condições históricas e o avanço das forças produtivas que permitiram à SAMA implantar sua base produtiva neste local.

No caso da Vila Operária da SAMA, opera-se em parte uma mudança do seu conteúdo social, na medida em que a vila vai aos poucos deixando de abrigar somente trabalhadores da empresa, permitindo que indivíduos sem qualquer ligação direta com a SAMA também possam adquirir uma casa na vila, imprimindo-lhe um formato muito mais parecido com um condomínio residencial, que transmite uma ideia de *status* social. Em Minaçu, morar na Vila da SAMA é sinônimo de “morar bem”.

Outro exemplo de urbanização autoritária é o da vila Operária de Paranapiacaba, distrito do município paulista de Santo André. Na Vila Inglesa, destinada aos mais graduados, as casas de madeira, construídas em bloco de duas, quatro ou seis, são todas dotadas de jardins e dispostas em ruas ortogonais; na Parte Alta, destinada aos demais empregados, casas estreitas, sem jardim, também de madeira, são agrupadas em longos blocos. Entre os dois núcleos foi construída a estação de trem que passou a ser o ponto principal da vida e lugar de encontro dos moradores, o relógio da torre da estação “testemunha e regula o tempo linear, que preside o mundo ferroviário e a rotina de seus operadores”. (PASSARELLI, 1990, pp. 5-16, apud CORREIA, 1998, p. 74).

A partir dos anos 1930 o país passou por um processo de industrialização, comandado abertamente pelo Estado, com investimentos principalmente nas chamadas indústrias de base, ou de bens de produção, como é o caso das siderúrgicas. Surge, assim, a Companhia Siderúrgica Nacional e, em simbiose, aparece a cidade de Volta Redonda, como símbolos que representavam uma nova fase do capitalismo brasileiro, agora sob a primazia da indústria, nova forma da acumulação capitalista. A empresa constrói,

simultaneamente, a usina e a cidade, na qual a hierarquia da empresa é urbanamente reproduzida.

No Nordeste, também nesse momento, destaca-se a criação da Vila de Paulo Afonso em Pernambuco, onde foram edificadas duas mil casas de alto padrão pela Companhia Hidrelétrica de São Francisco (CHESF), “empresa criada em 1948, que tem sua usina criada em 1955. A Vila de Paulo Afonso, PE, construída com 2.000 casas de alto padrão, pode ser considerada modelo de *company town*” (PIQUET, 1998, p. 26).

Outro exemplo, agora no Sul do país, referente à instalação no Paraná da indústria de papel e celulose Klabin, mostra que também as empresas privadas seguiram o mesmo modelo. Esta empresa, que se instalou na década de 1940 no município paranaense de Telêmaco Borba, é pioneira na produção de papel no Brasil. Conforme ressalta Piquet (1998, p. 27):

[...] esse núcleo habitacional chegou a apresentar características de uma *company town*, uma vez que continha, além das moradias, todos os equipamentos ligados às atividades fabris, assumindo papel fundamental na criação desse município paranaense.

Em Minas Gerais, destaca-se a siderurgia com a Companhia Belgo Mineira que, em 1934, criou um concurso para projetar a futura cidade operária de Monlevade. O crescimento da cidade foi tão grande que estendeu-se para fora da área projetada e, em 1991, a vila original abrigava apenas 4,2% da população (MONTE-MÓR & COSTA, 1995). Outra grande empresa do setor siderúrgico que se instalou em Minas Gerais e também investiu em um projeto urbanístico, a futura cidade de Ipatinga, em 1956 é a Usiminas, em operação desde 1962. Porém, Ipatinga teve características diferentes em sua construção, como é possível constatar pela citação a seguir:

[...] a cidade planejada é fruto de um projeto urbanístico minucioso. A Usiminas arca com a construção inicial das unidades habitacionais e da infraestrutura básica, bem como de vários equipamentos sociais coletivos: escolas, clubes, supermercados, hospital, este de abrangência regional. (MONTE-MÓR & COSTA; 1995, p. 428).

Também em Minas, a Açominas construiu nos anos de 1985-88 sua usina e também uma cidade aberta para os funcionários e seus familiares que, somados, atingem aproximadamente 24.000 pessoas. O antigo Distrito de Ouro Branco, núcleo urbano

histórico de Minas Gerais, foi totalmente descaracterizado pelas intervenções da empresa, que assumiu, por meio de empresas especializadas, o planejamento da cidade, construindo moradias para seus empregados e remodelando a infraestrutura urbana.

No extremo norte do país, no estado do Amapá, a Icomi – Indústria e Comércio de Minérios S.A, “constrói a Vila Amazonas e a Vila Serra do Navio, de alto padrão construtivo e previstas para abrigar 2.500 habitantes cada uma. São até hoje consideradas exemplos de ‘company towns’ construídas na década de 50” (RIBEIRO, 1992, s/p, apud PIQUET, 1998, p. 27). Nos anos (19)70 são marcantes os grandes projetos dos governos militares como padrão de ocupação territorial do país, cujas obras, iniciadas nessa década, só serão concluídas na década seguinte, devido à “[...] escassez crescente dos recursos financeiros exigidos” (PIQUET, 1998, p. 31). Dentre esses projetos, acha-se o Jarí Florestal e Agropecuária Ltda., em Monte Dourado na Região Norte do Brasil, no estado do Pará, “a população prevista para a vila era de 10.000 habitantes, mas em 1988 dava sustentação a cerca de 60.000 pessoas” (CARNEIRO, 1988, p. 67, apud PIQUET, 1998, p. 32).

Os diversos casos apresentados, situados em diferentes lugares da realidade urbana brasileira têm recebido pela literatura especializada as mais distintas denominações. No entanto, independentemente das denominações que estes processos de urbanização receberam, aqui eles são tidos como práticas de *urbanização autoritária*, na medida em que são impostos como modelos civilizatórios engendrando determinado modo de viver e pensar. Considera-se também que a urbanização autoritária extrapola os muros do sistema fábrica-vila operária e se generaliza, com o imperialismo, para a totalidade do espaço, sobretudo em núcleos urbanos de pequeno porte dominados por grandes empresas.

A forma contemporânea de ser do capitalismo global é sua versão mais extremada: o imperialismo. Forma altamente agressiva e destrutiva do capital: drenam pântanos inteiros, promovem um vasto campo homogêneo para o monocultivo de commodities, florestas são derrubadas e destruídas, habitats são criados e recriados, os climas são alterados; montanhas são recortadas para exploração mineral provocando verdadeiras cicatrizes na terra. Cidades são criadas, e podem a dependem do sucesso ou não do empreendimento, se “desmancharem no ar”.

Harvey (2011) denomina esse processo por vezes qualificado de produção da segunda natureza, de destruição criativa – a natureza remodelada pela ação humana. Este fenômeno, que denomino aqui de “criação destruidora” tem se aprofundado enormemente nos últimos dois séculos. Por mais que seja uma ação do homem sobre o planeta, fato é, que a geografia da segunda natureza possui “dois principais agentes sistêmicos no nosso tempo, o capital e o Estado (HARVEY, 2011p.152). Produz um mundo à imagem e semelhança do capital, uma paisagem geográfica da acumulação em constante evolução e expansão, características intrínsecas da natureza do capital.

Esta, é, portanto, a teoria que alimenta o olhar para a realidade geográfica da cidade goiana de Minaçu, localizada no extremo norte do estado na divisa com o estado de Tocantins. Esta cidade, foi obra do capital-amianto, que mobilizou gente de todo canto do país (sobretudo do nordeste do Brasil) e até de outros países do mundo (engenheiros e mão-de-obra técnica mais qualificada). Para produzir amianto, produziu uma cidade, a cidade do capital, a cidade do capital-amianto no Brasil.

Reuniu gente, força de trabalho e meios de produção necessários para o empreendimento. Construiu inicialmente uma vila operaria ao lado da planta fabril, dotada de toda infraestrutura necessária – casas para os trabalhadores, arruamento, calçamento, água tratada e encanada, energia elétrica, hospital, clube recreativo, delegacia, supermercado, etc. este o germe primeiro da cidade de Minaçu. Não demorou para a cidade-vila operária transbordasse os próprios muros e fizesse surgir a cidade para além dos muros da vila da SAMA – Sociedade Anônima de Mineração de Amianto.

Desde 1962, mas sobretudo a partir de 1967, quando efetivamente começa a extração e produção do mineral, a história da cidade de Minaçu se confunde com a história do amianto no Brasil. Trata-se de uma cidade com uma economia altamente especializada, e, portanto, também altamente dependente quase única e exclusivamente do exploração mineral e comercialização de amianto. No decorrer de meio século (desde 1967) a cidade conheceu o boom do desenvolvimento econômico.

Nesse ínterim, floresce mundo a fora e também no Brasil, movimentos sociais anti-amianto, que passam a denunciar a tragédia social e as doenças produzidas pela inalação da fibra mineral. Os países centrais passam a proibir a produção, o uso, e a comercialização do amianto em seus respectivos territórios, é assim nos países da União Europeia, sobretudo na Itália. Muitos congressos, encontros, seminários internacionais

disseminam a problemática e os tribunais de justiça pelo mundo passam então a proferir sentenças condenando empresas e empresários do ramo e proibindo a exploração do amianto. Fato que também ocorre no Brasil.

É o que chamou nossa atenção para este projeto de pesquisa. A Criação Destruidora é uma ideia (metáfora) que ilumina esse processo de criação de uma cidade para o capital, mas que ao ser implodido o capital, implode junto com ele a própria cidade. Pois a razão de existir desta cidade é ser do capital-amianto. A autodestruição do capital é a autodestruição da cidade. Mas, evidentemente, ela persiste criticamente, persiste na crise, se reproduz na crise da reprodução do capital amianto, ela degenera, mas sobrevive.

O “nascimento” desta cidade foi obra da “mãe” SAMA. A primeira cidade, ou seja, a Vila Operária da mineradora foi concebida e gestada como condição geral de produção e reprodução do capital-amianto. Ergueu-se em meio a uma paisagem “natural” em que o Cerrado ainda estava praticamente “intocado”, salvo a presença de algumas famílias de migrantes maranhenses que praticavam criação extensiva de gado e garimpo. As condições materiais e humanas para a instalação da maquinaria e dos instrumentos necessários para iniciar a exploração do mineral colocam para a empresa a necessidade de se criar, verdadeiramente, uma cidade às margens da mina.

Nos países de capitalismo avançado as condições gerais de produção já se encontravam há tempos consolidadas, fato que não impediu que as condições da própria reprodução do capital viessem a passar por um importante processo de reestruturação produtiva, nos primeiros anos da década de 1970 – sinal da crise do regime de acumulação fordista. No Brasil, nas zonas de fronteira do capital, prescindia-se ainda da instalação de tais condições para a produção, portanto, era imperativo criar essas condições para que, o sistema capitalista desafogasse e superasse a crise.

Na esteira da mobilidade geográfica do capital e do trabalho “las relaciones monetárias han penetrando hasta el último rincón del mundo, em casi cada aspecto de la vida social e incluso a vida privada” (HARVEY, 1990, p. 376) colocando, assim, todos os lugares a serviço do capital. O movimento do capital na história cria configurações espaciais novas (capitalistas) a partir da destruição das antigas. É próprio do capital, para a sua hegemonia, a necessidade de unificação espacial das relações de produção capitalista, conformando um espaço o mais homogêneo possível que, todavia, apresentar-se-á fragmentado porque é próprio do capitalismo o desenvolvimento desigual e



combinado – na linguagem da geografia do capitalismo de Harvey: desenvolvimentos geográficos desiguais.

A urbanização autoritária, assim, seria, conforme Harvey (1990, p. 377) “un ‘momento activo’ dentro da dinâmica temporal global de la acumulación y de la reproducción social”, na medida em que permite converter um dado espaço no qual o valor de uso ainda, pode-se dizer, coexistia com o valor de troca em um espaço em que passa a predominar o valor de troca, a produção capitalista de mercadoria. O espaço toma nova forma e conteúdo social com a chegada do capital, que acelera o processo de expropriação de formas de existência não tipicamente capitalista.

A construção da vila operária pela empresa mineradora é condição fundamental para exploração mineral, impõe a urbanização e a hegemonia das relações sociais capitalistas. Nessa metamorfose do espaço prevalece o sujeito que tem maior poder econômico. As poucas famílias de migrantes maranhenses que tinham na pecuária extensiva seu principal meio e modo de vida e os garimpeiros foram subjugados pelo capital. No relato do Sr. Milewski, que consta em Pamplona (2003, p. 39–40, grifos nossos), pode-se perceber nas entrelinhas este processo:

O acampamento dos garimpeiros sobre a jazida situava-se no sopé de uma montanha [Serra de Cana Brava] havia quatro cabanas sobre a jazida: três ocupadas por garimpeiros que vieram explorar amianto e uma ocupada por Alexandre Alves Pacheco, sócio de Pedro Paraná<sup>1</sup>. O primeiro garimpeiro a chegar foi Claudionor de Souza Barros, que morava com seu companheiro José Moreira da Silva [...] a segunda cabana era ocupada por Felipe Lima e seu ajudante preto, simples de espírito, do qual não anotei o nome; e a terceira cabana distante das outras na direção norte, era ocupada por José Martins e seu ajudante Francisco. Os garimpeiros, depois de um ou dois meses de atividade, já perceberam que a exploração manual de amianto era impraticável. *Continuaram residindo no local, esperando apenas seu poder de posse sobre a ocorrência.* [...] Nossa visita foi bem recebida pelos garimpeiros e eles nos ajudaram a examinar a ocorrência. A única oposição declarada vinha de Claudionor, que sob o efeito da cachaça, nos considerava *intrusos* que queriam apoderar-se da jazida.

A Vila Operária – *a primeira cidade* – é como um molde da “nova sociedade”, em vias de aparecer. A Vila Operária não seria, então, somente o lugar do descanso, da reposição das energias absorvidas no processo produtivo durante o dia de trabalho. Ela se

---

<sup>1</sup> Conhecido comerciante de pedras preciosas na região.

coloca também como meio de produção, nela concentra-se o trabalho e os meios básicos de subsistência necessários à reprodução da classe operária em formação. É uma cidade do trabalho cativo para servir ao capital-amianto. É também investimento em capital fixo, já que todas as casas são de propriedade da empresa e o trabalhador que nela habita paga uma determinada soma na forma de aluguel que serve também à acumulação.

É esse ambiente não construído pelas pessoas que nele terão seu habitat, uma cidade intramuros, cercada, controlada e disciplinada pela SAMA que passa-se agora, a descrever e analisar. Espaço-escola importante para a formação da cultura do trabalho nos moldes capitalistas. Lugar de chegada de trabalhadores vindos de outros lugares, alguns distantes, que nestes lugares não tinham trabalho. Uma parcela destes operários já trabalhavam na própria SAMA, na mina de Poções, no Estado da Bahia, outros tantos migraram dos Estados do Maranhão e também do Piauí, como relatou em entrevista concedida a este pesquisador, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Minerais Não-Metálicos de Minaçu o Sr. Adelman Araújo Filho no dia 29 de fevereiro de 2012.

Consta em Pamplona (2003) que diante da necessidade de força de trabalho, escassa na região, em 1967 um empreiteiro de mão-de-obra conhecido por Heleno Nunes foi a Pernambuco e trouxe uma centena de homens para trabalhar na SAMA, no entanto, desse contingente, poucos foram os que se estabeleceram por muito tempo na região. No que se refere aos profissionais especializados tais como: engenheiros, geólogos, administradores, entre outros, verifica-se que muitos deles são oriundos de outros países, como: França, Polônia, Suíça, ou então chegam de outros estados brasileiros como: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais.

Um verdadeiro exército industrial de reserva como observou Marx, precisa ser mobilizado para compor a força de trabalho no lugar em que o capital a requer, e quando a requer. No entanto, condições mínimas de existência, como moradias e infraestruturas básicas de reprodução da vida, são fundamentais à permanência da força de trabalho num determinado lugar. Assim, a construção desta “primeira cidade”, ainda que autoritária e como necessidade do capital, é de certa forma, resultado da ação dos trabalhadores, já que o capital não prescinde do fermento do trabalho vivo para sua produção e reprodução. Então, o simples ato de estarem ali impõe a criação de espaços de reprodução da força de trabalho.

Ortiz & Hue (1987, p. 103) atestam que, entre 1967 e 1974, quando abriu-se uma estrada, “15.000 pessoas chegaram à região, sendo que 6.000 se instalaram em torno da mina. Dessas, 1.300 dentro da Vila Operária, montada pela empresa.” Em meados da década de 1980 essa vila já abrigava aproximadamente 2400 pessoas. Era composta por edifícios comerciais, escolas, hospital, centro de saúde, clubes recreativos, 383 residências e 59 alojamentos para solteiros.

A organização espacial da Vila Operária da SAMA, repartida por setores, expressa claramente a hierarquia de poder dentro da empresa. No setor leste, reservado aos funcionários mais graduados, o alto escalão de comando da empresa, as casas “possuem três ou quatro dormitórios, sala, banheiro, lavabo, escritório, dependência para empregados, áreas destinadas à lavanderia, terraços e amplas áreas ajardinadas” (ORTIZ; HUE, 1987, p. 109). Nos outros setores – sul, norte, oeste – residem os trabalhadores de baixa remuneração, nestes as casas são simples, com cerca de 60 m<sup>2</sup> apenas e “encontram-se mais próximas umas das outras, e alguns blocos de residência chegam a ser geminados” (ORTIZ; HUE, 1987, p. 109). Assim, as condições oferecidas aos trabalhadores eram apenas as mínimas necessárias para que eles ali permanecessem.

Para além destas contradições, morar na Vila Operária da SAMA passou a ser objeto de desejo para a maioria dos trabalhadores da empresa. A Vila foi sendo dotada de toda a infraestrutura e conforto: energia, primeiro com a instalação de potentes geradores a diesel, posteriormente, a própria empresa financiou boa parte da linha de alta tensão; a instalação de redes de água e esgoto tratados numa estação própria de uso exclusivo dos moradores da Vila. Atendimento hospitalar para os trabalhadores, restaurante industrial, posto bancário, postos de atendimento e administração da Vila, uma espécie de delegacia e prefeitura, um posto de assistência social, além de clubes sociais e de recreação, campos de futebol e quadras de tênis e poliesportivas, escolas técnicas profissionais e de ensino normal, etc.

Chama também atenção o fato de a SAMA ter convidado dois militares de alta patente do exército brasileiro para assumir a gerência administrativa e a vila operária da empresa entre agosto de 1968 a outubro de 1970. O General de Brigada Álvaro de La Roque Couto e o Coronel Bertolucci, ambos de Brasília, assumem estes cargos, e segundo Pamplona (2003, p. 279) “com eles, é lançada a pedra fundamental do primeiro Clube

Social da SAMA, o *Palhão* e, principalmente, homologada a comunicação externa por meio de rádio”.

Formalmente as casas, de propriedade da empresa, eram alugadas para os trabalhadores. Na verdade, era um empréstimo, porque os trabalhadores pagavam um valor “irrisório” pelo aluguel. Na urbanização autoritária esse empréstimo possuiu tanto o objetivo de forçar a permanência do trabalhador quanto o de rebaixar os custos de reprodução do operário, diga-se o salário. É o que Blay (1985) chama de a casa como forma de salário não pago. O operário não paga pela casa em dinheiro, mas sob a forma de trabalho não pago, excedente de tempo de trabalho apropriado pela empresa. Blay (1985, p. 18) diz que “a casa de propriedade da indústria entra na composição do salário”. A SAMA também criou um sistema de auxílio para construções fora da Vila, com oferta de empréstimos que eram descontados em folha de pagamento, no máximo de 25% do salário e de financiamento da compra de materiais de construção como janelas, portas, telhas e tintas.

Segundo Ortiz e Hue (1987, p. 111), a SAMA:

[...] tenta passar para os funcionários a responsabilidade de fazer a manutenção de sua residência. No entanto, isso não acontece, já que esses se negam a investir em algo que não é seu: a casa é emprestada pela empresa e garantida aos seus funcionários através de um aluguel irrisório e simbólico que a maioria não sabe dizer quanto é.

Os objetos distribuídos racionalmente no espaço dão-lhe conteúdo e forma: Vila Operária da SAMA. Para além do espaço fabril, o espaço da produção e do trabalho, a disciplina do capital adentra o espaço-tempo da vida cotidiana para nele produzir relações, que, assim, é o espaço-tempo da reprodução no sentido marxiano, da reprodução ampliada de que fala Lefebvre (1973, p.11) “não há reprodução das relações sociais sem uma certa produção de relações; não há aqui um processo puramente repetitivo”.

### **A decisão do STF sobre o banimento do amianto no Brasil e os efeitos econômicos na cidade de Minaçu.**

O Supremo Tribunal Federal, no dia 29 de novembro de 2017, após ter analisado por muito tempo diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidades (ADINs) de leis estaduais solicitando o encerramento do uso do amianto em seus respectivos estados,

decide por 8 votos a 2 tornar inconstitucional do artigo segundo da Lei Federal nº 9.055 - Art. 2º *O asbesto/amianto da variedade crisotila (asbesto branco), do grupo dos minerais das serpentinas, e as demais fibras, naturais e artificiais de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim, serão extraídas, industrializadas, utilizadas e comercializadas em consonância com as disposições desta Lei.*

Tal decisão da Corte Suprema do país, é dilacerante para a cidade de Minaçu. O objetivo deste projeto foi o de observar os efeitos que esta decisão provocou na economia da cidade, pois, como vimos na introdução, a relação de Minaçu com a mineração de amianto é histórica, e umbilicalmente dependente desta atividade econômica, dado o alto grau de especialização de sua economia.

Ao observar os dados que serão expostos no item Resultados e Discussões, vemos que até aqui alcançamos parcialmente as metas que propomos; pois ficou claro para nós, a hipótese inicialmente posta nesta pesquisa: a dependência econômica da cidade em relação à atividade mineral, não conseguindo ao longo de sua história, criar alternativas de desenvolvimento econômico que fosse capaz de tornar a cidade de Minaçu menos dependente de um único setor da economia. Portanto, do ponto de vista da oferta de emprego, da arrecadação municipal, da geração de renda, entre outros, a cidade esteve vinculada estritamente à mineração de amianto.

Um primeiro ponto a se destacar é um dado colhido no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que projeta a população do município de Minaçu em 2021 (censo ainda não foi realizado por conta da Pandemia de Covid-19) em 28.518 habitantes; no Censo de 2010 o IBGE contou 31.154 pessoas residentes em Minaçu. Portanto, em números absolutos houve diminuição populacional de 2.636 pessoas que deixaram que morar em Minaçu, quase 10% da população; retrocedendo ao patamar da década de 1980 quando a população era de 28.371 pessoas. No começo do século XXI, no ano de 2.000 chegou a 33.608 habitantes<sup>2</sup>.

Outro dado que nos chamou a atenção foi o número de trabalhadores empregados no setor mineral (do qual a SAMA – Mineração de Amianto é o maior empregador). Em 2014 eram 652 postos de trabalho gerados neste setor, em 2017 este número cai para 275

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/minacu/pesquisa/43/30281?ano=2000>

postos, em 2019 míseros 47<sup>3</sup> postos de trabalho são gerados no setor de mineração no Município de Minaçu, provavelmente, já sentido os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal de proibição do uso do amianto no Brasil. No ano de 2020 recupera-se um pouco, são 281 postos de trabalho gerados no setor mineral.

Por outro lado, chama muita atenção o extraordinário aumento do setor de serviços para o ano de 2019, são mais de 2 mil neste setor, é, no entanto, necessário fazer a ressalva de que este setor muitas vezes não fica muito claro que atividades correspondem, muitas vezes abrangendo até mesmo a informalidade. No setor de comércio varejista o número de empregados cai de 804 em 2015 para 550 em 2020<sup>4</sup>, há que se considerar também nesse processo a crise provocada pela pandemia, que impactou o comércio local.

O consumo total de energia elétrica sofre uma queda importando pós 2017. Sabemos que a atividade de mineração é grande consumidora de energia, e portanto, a queda do consumo em Minaçu tem correlação direta com a paralisação da produção industrial/mineral da SAMA. Em 2016 eram consumidos 82.135 (MWH), em 2018 esse número se reduz para 64.291(MWH) e em 2019 para 39.219 (MWH), indicando queda acentuada no consumo. Se tomamos como referência do consumo de energia somente o setor industrial a queda é mais acentuada ainda: em 2016, 46.280 (MWH); em 2017, 34.431(MWH); em 2018, 31.154 (MWH); em 2019, 7.079 (MWH)<sup>5</sup>.

No ano de 2017 foram contratados 20 trabalhadores no setor mineral em Minaçu, e foram demitidos 222 funcionários/trabalhadores deste setor. Em 2018 foram contratados 87, e foram demitidos 50, em 2019 foram contratados 16 e demitidos 52 funcionários neste setor. O saldo é de menos 202 trabalhadores em 2017 e menos de 36 trabalhadores em 2019. Sinal de adequação do setor à crise, em grande medida proporcionada pela proibição do amianto no Brasil em 2017.

Em relação especificamente à produção de amianto em Minaçu os números apresentados pelo Instituto Mauro Borges são os seguintes: em 2015 foram produzidas 252.052 toneladas de amianto na mina da Sama; em 2016 foram produzidos 177.677 toneladas; e nos anos de 2017 a 2020 foram produzidos zero toneladas, não houve

---

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.imb.go.gov.br/SiteSEPIN3/perfilweb/Estatistica\\_bde.asp](https://www.imb.go.gov.br/SiteSEPIN3/perfilweb/Estatistica_bde.asp)

<sup>4</sup> Disponível em: [https://www.imb.go.gov.br/SiteSEPIN3/perfilweb/Estatistica\\_bde.asp](https://www.imb.go.gov.br/SiteSEPIN3/perfilweb/Estatistica_bde.asp)

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.imb.go.gov.br/SiteSEPIN3/perfilweb/Estatistica\\_bde.asp](https://www.imb.go.gov.br/SiteSEPIN3/perfilweb/Estatistica_bde.asp)

produção neste intervalo temporal, claramente em decorrência da paralisação da atividade provocada pela decisão do Supremo em novembro de 2017.

Do ponto de vista das receitas públicas, destacamos a arrecadação de ICMS. No ano de 2016 foram arrecadados 29.484 (vinte e nove milhões e quatrocentos e oitenta e quatro mil); no ano seguinte, em 2017, houve quebra brusca, foram arrecadados 15.696 (Quinze milhões seiscientos e noventa e seis mil reais); em 2018 e 2019 a arrecadação de icms caiu ainda mais alcançando pouco mais de 6 milhões anuais<sup>6</sup>.

Se nos referirmos especificamente ao setor mineral como fonte pagadora de icms, a redução destes números são mais impactantes ainda. Em 2017 o setor mineral pagou 8.878 (oito milhões e oitocentos e setenta e oito mil) em icms; no ano seguinte não há dado disponível; e em 2019 contribuiu com 54 mil reais. Até este momento da pesquisa esta é a realidade do município de Minaçu no contexto do fim da extração e produção industrial de amianto no Brasil.

É possível observar diante dos números apresentados, a forte dependência da vida econômica da cidade à mineração de amianto. Portanto, o fim do uso do mineral do Brasil, como decidido pelo STF, têm efeitos catastróficos para a economia local, ou seja, a criação destrutiva ou destruidora, como resultado de um processo de urbanização autoritária que correlaciona os destinos da mineração de amianto ao próprio destino da cidade.

No entanto, uma convergência de força políticas de Goiás, capitaneada pelo governador do Estado aliadas a outras lideranças políticas nacionais com força política no Congresso Nacional tenta reverter a decisão judicial. Uma manobra via Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Em 15 de julho de 2019 A Assembleia Legislativa de Goiás aprova a lei nº 20.514, autorizando a Sama a retomar as atividades no estado com fins exclusivos para exportação; ou seja, quatro meses após a decisão do STF ser publicada no diário oficial da justiça suspendendo as atividades da SAMA em Minaçu, no dia 1º de fevereiro de 2019. E no dia 16 de julho de 2019 o governo do estado de Goiás sanciona a lei, permitindo a continuidade da exploração mineral.

---

<sup>6</sup> Disponível em: [https://www.imb.go.gov.br/SiteSEPIN3/perfilweb/Estatistica\\_bde.asp](https://www.imb.go.gov.br/SiteSEPIN3/perfilweb/Estatistica_bde.asp)

O argumento central da lei estadual é o de que, a destinação do amianto produzido em Minaçu será exclusivamente o mercado externo, ou seja, o produto será exportado. Outro argumento do setor é o de que tal lei garante o emprego, a renda e a arrecadação de receitas municipais. O que delega a segundo plano, todo o amplo debate sobre a questão da saúde/doença provocada pelo amianto, amplamente comprovado pela ciência. Portanto, a atividade de extração e exploração de amianto em Minaçu foi retomada e até a finalização deste relatório final de pesquisa, a cidade continua sua “eterna” dependência da Sama e do capital-amianto. Até quando? Talvez quando a mina de Cana Brava dar sinais de esgotamento, até a última fibra de amianto ser dela extraída.

### **Considerações finais**

Ante o exposto, dada as circunstâncias, este é o quadro geral das condições concretas de existência de uma cidade atrelada economicamente à empresa mineral SAMA, parteira da cidade. Vemos até agora que este estado da arte é complexo, e leva de roldão os destinos de uma comunidade que precisa urgentemente se reinventar e reconstruir seu futuro; para tal, é fundamental olhar para outros horizontes possíveis, uma possibilidade talvez seja a comunidade local discutir as potencialidades locais para a exploração do turismo como atividade alternativa.

No entanto, a história da relação SAMA-Minaçu está longe de terminar, o governador de Goiás, reunido com a bancada do amianto no Congresso Nacional, o prefeito da cidade de Minaçu, e os deputados da base governista na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, buscam criar meios políticos para a continuidade da produção do amianto na mina de Cana Brava. Veremos como isso se dará, a estratégia parece ser criar um discurso para a continuidade da atividade de mineração em que a produção se destine exclusivamente ao mercado internacional. Veremos como isso se dará.





**X) Referências Bibliográficas**

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução: Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo, Estúdio Nobel, 1985.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/minacu/pesquisa/43/30281?ano=2000>

GOIÁS. Instituto Mauro Borges. Disponível em: [https://www.imb.go.gov.br/SiteSEPIN3/perfilweb/Estatistica\\_bde.asp](https://www.imb.go.gov.br/SiteSEPIN3/perfilweb/Estatistica_bde.asp)

GONÇALVES, Carlos W. P.; AZEVEDO, Nilce M. de. **A geografia do imperialismo: uma introdução**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n°. 59, pp. 23-41, outubro, 1982

HARVEY, David. **Espacios del Capital: hacia una geografía crítica**. Traducción: Cristina Piña Aldao. Madri: Akal, 2009.

\_\_\_\_\_. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A (re)produção das relações sociais de produção**. Tradução de Antônio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos**. São Paulo: Hucitec, 1978.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2010

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do Capital**. Tradução: Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

ORTIZ, Maria C. M.; HUE, Renata S. **Minaçu e Recife: histórias de habitações e seus habitantes**. São Paulo: Projeto, 1987.

PAMPLONA, Renato Ivo. **O amianto crisotila e a SAMA 40 anos de história Minaçu-Goiás: da descoberta à tecnologia limpa – 1962-2002**. Minaçu: R.I Pamplona, 2003.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri.; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs.) **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. Contexto, São Paulo, 2003. pp.308-322